

Continuidade e continuísmo

O QUE PRESERVAR E O QUE MUDAR NO PRÓXIMO GOVERNO ?

*Rogério L. Furquim Werneck**

Em meados do ano passado, às voltas com a crise energética e com nova desaceleração do crescimento econômico, o governo FHC parecia tão desgastado que os partidos governistas já não tinham qualquer preocupação em esconder sua apreensão com o possível impacto desse desgaste na campanha eleitoral de 2002. Para eles, tornara-se fundamental criar condições para que o candidato governista na eleição presidencial pudesse dissociar-se das mazelas do governo. No final de maio, o presidente do PFL já proclamava o perfil do candidato que se fazia necessário. “Alguém que não queira destruir o que foi conquistado e ao mesmo tempo não queira manter o continuísmo”. Era preciso “avançar sem continuísmo”. Da mesma preocupação claramente compartilhava o PSDB. Em agosto, o próprio partido do presidente da República já mencionava a idéia de uma candidatura que pudesse assegurar “continuidade sem continuísmo”.

Desde então, muita água passou por baixo da ponte. Houve até um momento – logo após os atentados de 11 de setembro – em que os partidos governistas tiveram boas razões para ficar ainda mais apreensivos do que já estavam. Mas, a partir de outubro, como bem se sabe, a situação mudou da água para o vinho. O quadro econômico tornou-se bem mais promissor e as perspectivas eleitorais da coalizão governista já não parecem tão desalentadoras. O racionamento está chegando ao fim, há uma retomada de crescimento em curso, a popularidade de FHC está em alta e o final do mandato presidencial promete ser bem melhor do que se temia. Quem antes estava empenhado em se dissociar do governo quer agora colher os benefícios do inegável prestígio que FHC continua tendo junto a boa parte do eleitorado.

Mas, apesar dessa reviravolta, a idéia da “continuidade sem continuísmo” parece ter vindo para ficar. O que não chega a ser um problema. Pode até ser conveniente, desde que os candidatos governistas revelem bom senso na decisão sobre o que preservar e o que mudar no próximo governo.

O que é fundamental preservar é o avanço representado pela nova forma de condução de política macroeconômica que foi viabilizada, a duras penas, após longo esforço de construção institucional e consolidação de credibilidade, tanto no País como no exterior. São esteios desse avanço o compromisso inequívoco com a responsabilidade fiscal, com o controle da inflação e com a abertura da economia, o respeito ao estrito cumprimento do serviço da dívida pública, a gestão com profissionalismo e independência (*de facto* se não *de jure*) do Banco Central, o apego ao gradualismo e a preocupação em assegurar o máximo de previsibilidade na condução da política macroeconômica e tanta transparência quanto possível no trato das informações relevantes. Esta é uma área na qual o “continuísmo” deve ser a escolha óbvia. É o caminho para retomada de um processo de crescimento sustentado, consistente com a manutenção da estabilidade macroeconômica.

Tal escolha não impede que, em muitas outras dimensões da política econômica, os candidatos governistas tenham amplo espaço para defender mudanças marcantes em relação

ao governo FHC. Sem ir mais longe, há toda uma agenda pendente e assustadoramente vasta relacionada a duas questões básicas envolvidas na relação entre o governo e a sociedade. Questões que se tornaram fundamentais para a construção de uma economia mais dinâmica e mais justa. De um lado, tem-se a forma absolutamente irracional com que o setor público hoje extrai da economia tributos correspondentes a mais de um terço do PIB. De outro, tem-se um dispêndio governamental agregado, que supera em muito esta marca e que ainda continua concentrado em gastos públicos cada vez mais difíceis de defender. Em suma, há pela frente o desafio da reforma tributária abrangente, que o país aguarda já há tanto tempo, e a tarefa imensa de abrir espaço no orçamento dos três níveis de governo para programas de dispêndio público mais defensáveis, que favoreçam o crescimento econômico, sejam mais focados no atendimento das parcelas efetivamente pobres da população e permitam vislumbrar a eliminação da pobreza absoluta no País em horizonte de tempo decentemente curto.

Mas a ampliação das possibilidades de crescimento da economia deverá exigir também iniciativas que transcendem uma reforma fiscal ampla. Será preciso mais empenho na promoção de exportações e especial competência nas duras negociações comerciais que o Brasil deverá ter de enfrentar nos próximos anos. Como também será preciso mais determinação na remoção dos entraves ao surgimento de fontes adequadas de financiamento à longo prazo, compatíveis com o gigantesco investimento hoje requerido para fazer face às carências de infra-estrutura e de capital social básico do País, especialmente nos grandes aglomerados urbanos. Já nas áreas de educação, ciência e tecnologia, não obstante os inegáveis avanços logrados nos últimos anos, há pela frente quase tudo a fazer.

Não é pouco. A agenda é tão vasta que parece suficientemente ampla para acomodar todo um leque de programas de governo perfeitamente defensáveis e consistentes. É tarefa para bem mais de um mandato. E não há solução única para cada um desses problemas. Ao contrário. Há muito a se escolher.

É bom ter em mente, contudo, que, há não mais do que seis ou oito meses, quando a idéia de continuidade sem continuísmo ganhou força, não foram essas as principais questões levantadas. O que mereceu críticas mais ácidas foi exatamente a condução da política macroeconômica. Embora essas críticas tenham sido mitigadas nos últimos meses, na esteira do círculo virtuoso que vem tendo lugar desde outubro, sobram evidências de que, no âmbito da coalizão governista, não desapareceram as resistências à concepção básica da política macroeconômica do segundo mandato de FHC. A grande questão é em que medida tais resistências acabarão prevalecendo na formulação dos programas dos candidatos governistas.

* Professor do Departamento de Economia da PUC-Rio.